

Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas^{*}

Dênis de Moraes^{**}

1. Difusão contra-hegemônica em rede

A Internet é um ecossistema digital caracterizado por arquitetura descentralizada, multiplicação de fontes de emissão, disponibilização ininterrupta de dados, sons e imagens, utilização simultânea e interações singulares. Em sua impressionante variedade de usos, a rede mundial de computadores tem permitido experiências de produção e difusão informativa com sentido contra-hegemônico — isto é, de questionamento do neoliberalismo e da ideologia mercantilista da globalização, bem como de denúncia de seus efeitos anti-sociais. O propósito aqui é refletir sobre a emergência da comunicação alternativa em rede, de viés anticapitalista, que defende a liberdade de expressão e os direitos da cidadania. Significa avaliar discursos e dinâmicas editoriais que procuram romper com crivos e controles da mídia convencional. Significa também concentrar o olhar em práticas comunicacionais que se posicionam na contramão de uma época de mediatização¹ das relações sociais, ao mesmo tempo em que interpelam a síndrome consumista que exalta o exibicionismo, do excesso e do desperdício (Bauman, 2006: 113). Trata-se de conceber a Internet como mais uma arena de lutas e conflitos pela hegemonia, vale dizer, de batalhas permanentes pela conquista do consenso social e da liderança cultural-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras².

^{*} Este texto resulta de pesquisa realizada com o apoio do CNPq e da Capes.

^{**} Dênis de Moraes é professor associado do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e pós-doutor pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), sediado em Buenos Aires, Argentina. Publicou, entre outros livros, *Sociedade mediatizada*, org. (Mauad, 2006; edição em espanhol: *Sociedad mediatizada*, Gedisa, 2007), *Cultura mediática y poder mundial* (Norma, 2006), *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*, org. (Record, 2005; edição em espanhol: *Por otra comunicación: medios, globalización cultural y poder*, Icaria/Intermón, 2005) e *Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise*, org. (Record, 2004), os dois últimos indicados ao Prêmio Jabuti, na categoria Ciências Humanas.

¹ Sobre a noção de mediatização e seus efeitos socioculturais, ver Dênis de Moraes, org. (2006b).

² Na perspectiva gramsciana que endossamos, a constituição da hegemonia é compreendida como um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura. A hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um *bloco histórico* (ampla e durável aliança de classes e frações). A hegemonia não se reduz ao mando e à força (econômica e militar), mas pressupõe a capacidade de uma classe ou grupo para dirigir moral e culturalmente, e de forma sustentada, o conjunto da sociedade. Na sociedade civil — entendida por Gramsci como arena da luta de classes — atuam os aparelhos privados de hegemonia (organismos

Eduardo Galeano, ex-diretor de redação das célebres revistas *Marcha* (Uruguai) e *Crisis* (Argentina), salienta o lugar imprevisto e instigante que a Internet vem ocupando no contexto de dramática concentração dos meios de comunicação e de oligopolização das indústrias culturais: “A Internet realmente abriu espaços a vozes que agora encontram possibilidades de difusão incríveis. E isso é uma boa notícia que a realidade deu contra todos os prognósticos, pois a Internet nasceu como uma operação militar do Pentágono para planificar as suas operações. Foi uma coisa nascida da morte, do extermínio do outro, pois a guerra é isso. E depois virou um espaço que contém um pouco de tudo, que não é uma coisa só, mas que inclui muitas expressões, da afirmação da boa energia da vida, da energia multiplicadora do melhor da vida, a liberdade, a vontade de justiça.”³

A World Wide Web situa-se no vértice de um emaranhado de circuitos infoeletrônicos que conectam o global e o local em um tempo-espaço não-linear e instantâneo. Seus nós alastram-se por praticamente todos os campos da vida social, impulsionada pela convergência com tecnologias móveis, pela expansão da banda larga, por interconexões com mídias digitais e pelas ferramentas do software livre (Castells, 2007: 246). A Web afigura-se como esfera pública em gestação, sem hierarquias ou comandos aparentes, pontuada por diversos anseios e ambições.

A teia gigantesca desfaz pontos fixos ou limites predeterminados para o tráfego de dados e imagens; não há centro nem periferia, e sim entrelaçamentos de percursos. As fronteiras entre quem emite e quem recebe podem tornar-se fluidas e instáveis. Os usuários têm a chance de atuar, simultaneamente, como produtores, emissores e receptores, dependendo de lastros culturais e habilidades técnicas. A colagem de interferências individuais põe em circulação idéias e conhecimentos, sem as noções de seleção e estratificação que condicionam os processos midiáticos.

A malha hipertextual, em retroalimentação contínua, impulsiona a formação de redes que englobam fluxos informativos, manifestações culturais e interferências cognitivas. Redes distinguem-se como sistemas organizacionais com estruturas flexíveis e colaborativas baseadas em afinidades, objetivos e temáticas comuns entre os integrantes. Ilse Scherer-Warren aponta três

relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito, como a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, as associações, a escola e a Igreja). Eles buscam estabelecer o consenso como condição indispensável à manutenção ou a reversão dos padrões de dominação. Ver Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere* (volumes 1 e 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 2000. Sobre hegemonia e contra-hegemonia no imaginário contemporâneo, ler Dênis de Moraes (2007).

³ Entrevista de Eduardo Galeano a Marcelo Salles, *Fazendo Media*, 28 de dezembro de 2005, disponível em: <http://www.fazendomedia.com/novas/entrevista281205.htm>

peculiaridades das redes na moldura tecnológica: 1) temporalidade: novas formas de comunicação em tempo real, com conexão de diferentes tempos sociais; 2) espacialidade ou criação de territorialidades (do local ao global); 3) sociabilidade ou formas de relações sociais em termos alcance, intencionalidade e conectividade com novas dimensões na esfera pública (Scherer-Warren, 2005: 80). Tais características se ajustam a um dos paradigmas do mundo atual, conforme Milton Santos: a exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro. As redes disseminam fluxos de informações ubíquas e instantâneas, que passam a exercer o papel de elo entre as demais técnicas, unindo-as e assegurando a presença planetária do novo sistema tecnoinformacional (Santos, 1994: 218-220).

Observando-se o cenário de fluxos na perspectiva de organismos críticos e reivindicantes da sociedade civil, é possível perceber que ambientes compartilhados favorecem convívios participativos e reciprocidades. Em distintas escalas e intensidades, as redes podem ativar conexões, simbólicas e solidárias, de sujeitos e atores coletivos, "cujas identidades vão se construindo num processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, resoluções de conflitos e de resistência aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização" (Scherer-Warren, 1998: 16-29). As aproximações por afinidades eletivas instauram-se, restauram-se e reproduzem-se em comunidades com vínculos duradouros ou coalizões circunstanciais. As junções aparecem em listas de discussão, chats, *blogs*, orkut, correio eletrônico, mensagens instantâneas, murais, fóruns, bases de dados, arquivos audiovisuais e videoconferências. Ainda que com frequência irregular e às vezes sem explorar adequadamente recursos multimídias, essas redes perseguem uma sociabilidade baseada em aspirações convergentes e tentam contribuir para a organização de forças reivindicantes com presença internacional (Atton, 2005).

Interessa-me focalizar intervenções na Web em franca oposição à ideologia neoliberal sustentada pela mídia global, que se sustenta em dois pilares: a elevação do consumo à condição de instância máxima de organização societária; e a crença de que o incremento da produtividade depende da liberação crescente e generalizada das atividades econômicas. A minha premissa é de que na comunicação alternativa em rede se busca construir espaços de afirmação de óticas interpretativas críticas e de práticas jornalísticas cooperativas, com a finalidade de defender a diversidade informativa e valores éticos.

Adoto a noção de comunicação alternativa defendida pelo Foro de Medios Alternativos, da Argentina: é aquela que “atua como uma ferramenta para a comunicação no campo popular, sem deixar de lado a militância social, ficando implícito que jornalistas e/ou comunicadores devem estar dentro do conflito, sempre com uma clara tendência a democratizar a palavra e a informação”. Os veículos devem ser independentes do governo, do estado e das corporações, “relacionando-se especificamente a um projeto de transformação social”. E o trabalho desenvolvido precisa ser “dialógico e democratizador”, capaz de “difundir, co-produzir, organizar, articular, capacitar e reconstruir a memória, a identidade e a unidade na ação”⁴.

Natalia Vinelli e Carlos Rodríguez Esperón propõem uma pertinente aproximação dialética entre as noções de comunicação alternativa e contra-informação: “A noção de comunicação alternativa é um processo que abarca tudo, desde o discurso até à organização do meio de comunicação e às formas sociais em que este é utilizado. Por sua vez, o discurso contra-informativo é o elemento que, seja como intervenção política de urgência ou como reflexão mais profunda, manifesta as necessidades da conjuntura política e os objetivos da organização político-social, por sua vez encarnados na própria prática do *medium*. De maneira que existe uma relação dialética entre comunicação alternativa e contra-informação que não pode ser deixada de lado” (Vinelli e Esperón, 2004: 13).

A idéia de alternatividade fundamenta-se numa dupla inserção ideológica do projeto comunicacional: alinhamento com processos de mudança social: e combate sistemático ao sistema hegemônico. Pressupõe assumir visões transformadoras na relação com os leitores e a sociedade em geral, nos métodos de gestão, nas formas de financiamento e, sobretudo, na interpretação dos fatos sociais.

Cinco dimensões de comunicação em rede com direção contra-hegemônica podem ser observadas na Web:

- a) oposição direta ao neoliberalismo e defesa da universalização dos direitos democráticos e da socialização das riquezas;
- b) descentralização informativa: qualquer ponto da rede pode estabelecer permutas com outros pontos, dificultando o controle pelas instâncias de poder;

⁴ Esta noção de comunicação alternativa foi aprovada no Encuentro Nacional de Medios Alternativos, realizado nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2004, em Neuquén, Argentina. Mais detalhes em http://www.obrerosdezanon.org/article.php?id_article=183

c) os dados podem ser difundidos sem submissão às diretrizes e às idiossincrasias da mídia;

d) a dinâmica virtual incentiva a interlocução e a interação baseadas em visões de mundo convergentes;

e) estoques de textos e materiais audiovisuais podem ser compartilhados com base no princípio inclusivo da "publicação aberta" (leitores podem adicionar comentários, publicar textos e/ou fotos sem prévio consentimento dos editores e aproveitar arquivos e bases de dados) e na adesão ao *copyleft* (permissão para reproduzir informações sem fins comerciais, desde que citada a fonte, evitando-se as barreiras impostas pela propriedade intelectual).

O grau de ressonância dos meios contra-hegemônicos guarda relação com a competência para se afastarem de formatos discursivos e dos maniqueísmos das máquinas midiáticas. Como desejamos fixar, não basta enunciar o compromisso com a formação de consciências, ou simplesmente recusar os esquemas manipuladores. A crítica antineoliberal — cada vez mais necessária para desvelar aparências enganosas à sombra da vertigem tecnológica — deve associar-se a linhas editoriais coerentes, a práticas colaborativas e uma permanente articulação com movimentos sociais, sem a tentação de atrelá-los política ou partidariamente. John Downing percebe a importância da comunicação em rede para os movimentos em duas confluências: interna, na medida em que facilita a mobilização e a organização; externa, como forma de alargar espaços de divulgação e de articulação de análises e ações (Downing, 2002: 65-67)⁵. Para os movimentos sociais é crucial a interdependência dialética com veículos que possam reverberar suas propostas, geralmente ignoradas ou menosprezadas pela chamada grande mídia, com sua crônica desconfiança acerca dos pleitos comunitários.

2. Trabalho cooperativo e ativismo virtual

A cobertura de eventos sociais através da Internet acentuou-se a partir de 2000, sob a influência dos protestos antiglobalização. Agências independentes distribuíam, pelos quatro quadrantes, materiais noticiosos sobre o que se passava nas mobilizações. A repercussão internacional motivou a organização de redações compartilhadas, que encampam os princípios

⁵ A necessidade de criar mecanismos de intercomunicação entre os próprios movimentos foi debatida no Fórum Social Mundial de 2007, em Nairóbi, concluindo-se que reunir e divulgar competências e conhecimentos de diversos sujeitos e organizações representa um dos principais desafios à luta anticapitalista.

do *copyleft* e da publicação aberta. Sem falar na formação de *pools* de jornalistas para coberturas do Fórum Social Mundial e dos protestos contra as reuniões do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do G-8 (Moraes, 2005: 71). A instantaneidade, a transmissão descentralizada, a abrangência global da Web, a rapidez, o barateamento de custos e a autonomia frente às diretivas ideológicas e mercadológicas da mídia hegemônica são as vantagens mais usufruídas.

Esse tipo de comunicação em rede envolve atividades e conhecimentos voltados à elaboração, à distribuição e à permuta de notícias, artigos, traduções e materiais audiovisuais. Utilizando software livre, organizações e coletivos de jornalistas e profissionais especializados adotam metodologias colaborativas. No V Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2005, quase 300 publicações, agências e equipes de vários países participaram da Ciranda Internacional da Informação Independente (<http://www.ciranda.net/>). A cobertura baseou-se no planejamento e na execução de atividades conjuntas durante o evento.

O coletivo responsável por La Haine (<http://www.lahaine.org/>) sublinha o antagonismo aos modelos empresariais, voltados à máxima rentabilidade financeira ao menor custo possível: “A informação não pode ser um produto comercial, cotado em bolsas de valores, nem pode estar sujeita ao jogo do dinheiro que rege a sociedade. Sentimos a necessidade de construir outras formas de comunicação, longe da concepção mercantilizada, com o objetivo de contribuir com alternativas de transformação social.” O software livre reforça essa idéia, na medida em que tem a ver com a produção social e coletiva de conhecimento, rompendo com a subordinação à propriedade intelectual.

A comunicação contra-hegemônica em rede enquadra-se no que André Gorz, define como “processo de entendimento comunicativo geral, que todos os envolvidos experimentam como seu poder comum e cujos resultados não admitem propriedade” (Gorz, 2005: 68). Portanto, contraria a obsessão capitalista de tirar proveito em trocas lucrativas. A proposta cooperativa viabiliza-se no trabalho voluntário e militante de redação, edição e atualização de páginas, organização de bases de dados, montagem e na manutenção de redes. Claro que esses processos colaborativos esbarram em limitações financeiras, tecnológicas e logísticas. O financiamento provém de cotas divididas entre usuários, de doações de apoiadores e de eventuais patrocínios ou ajudas com finalidades não-comerciais.

O ideal organizativo vislumbra nas frentes conjunta a chance de entrosar agendas de debates e aprofundar a compreensão crítica dos acontecimentos. Daí porque a práxis de rede se torna valiosa, pois agrega e dinamiza apoios em toda parte, conjugando modos operativos que ajudem a incrementar campanhas nos níveis locais, regionais, nacionais e globais. Isso tem a ver com a exigência de ligações e articulações internacionais das lutas no quadro do capitalismo como sistema global e suas diferentes formas de opressão e de dominação nos nacionais, regionais e supranacionais (Santos, 2003: 35). A defesa da prevalência dos interesses públicos sobre as ambições corporativas não pode limitar-se a contrafortes dentro de cada nação; tem que almejar formas supranacionais de resistência e mobilização. Diante de poderes efetivos globalizados, os instrumentos sociais de controle, influência e pressão precisam unir forças para ampliar o alcance das batalhas pela emancipação social⁶.

Webmídias e redes ativistas visam fomentar o entrosamento de agendas de debates, táticas de pressão e resistências contra a lógica globalizante do capital financeiro. Os chamados à mobilização se valem de mecanismos convocatórios interativos (boletins, listas e videoconferências) que testam formas diretas de organização e coordenação de eventos à distância (Bennett, 2004). Campanhas e protestos disseminam-se no compasso de causas que se globalizam (combate à fome, à miséria e à ingerência do Fundo Monetário Internacional nas economias dos países periféricos, aversão ao imperialismo norte-americano, defesa dos direitos humanos e do equilíbrio ambiental, fim dos controles de patentes, etc.).

Pierre Lévy observa que as webmídias estão “liberadas, pelo menos no plano técnico, das limitações associadas a qualquer suporte particular existente”. É viável editar, ao mesmo tempo e de maneira complementar, textos, imagens — fixas ou animadas — e som. E mais: elas englobam textos, imagens e sons, “com conteúdos organizados por temas — eventualmente estruturados pelas preferências dos consumidores de informação — e não mais segundo grades de programação temporais ou emissões cronológicas” (Lévy, 2003: 369-370).

⁶ Boaventura de Sousa Santos refere-se à emancipação social como “uma forma de globalização contra-hegemônica” constituída por alianças locais-globais entre grupos sociais que lutam contra a exclusão, a exploração e a opressão produzidas pela globalização neoliberal. Tais lutas traduzem-se na criação de alternativas à lógica excludente do capitalismo global, em espaços de participação democrática, de produção não-capitalista de bens e serviços, de criação de conhecimentos emancipatórios e de promoção de trocas culturais e na criação de “redes internacionais de informação e de solidariedade ativa” (Santos, 2003: 64-65).

Atualizadas várias vezes ao dia, as webmídias organizam-se em seções temáticas (política, economia, internacional, cultura, meio ambiente, direitos humanos). São editadas por jornalistas e administradas em regime cooperativo. Reproduzem os organogramas das redações convencionais, com editores, redatores, webdesigners (os antigos diagramadores), etc. As páginas oferecem bases de dados, grupos de discussão de políticas públicas e associações em campanhas globais. Nem todas as webmídias divulgam com transparência suas diretrizes ou critérios de publicação. A maioria evidencia princípios gerais: respeito às decisões coletivas da redação, aceitação de textos com coerência crítica, responsabilidade de opinião, etc.. La Haine, por exemplo, tem procurado distinguir o noticiário de comentários e relatos postados por ativistas (modalidade muito usada nas páginas de Indymedia). A interferência editorial institui formas de mediação tanto para realçar a responsabilidade editorial quanto para evitar abusos em postagens anônimas.

As redes ativistas seguem o princípio da publicação aberta, aceitando comentários, textos, vídeos e arquivos sonoros, e oferecem grupos de discussão, fóruns, murais e diretórios de parceiros e associados. Indymedia (<http://www.indymedia.org>) reúne jornalistas e ativistas em mais de 200 cidades do mundo, estrutura-se em redações interconectadas. Distribui informes semanais por correio eletrônico e tem mais de 500 listas de discussão em vários idiomas⁷. Nodo50 (www.nodo50.org), da Espanha, congrega 1.200 organizações e grupos virtuais, a partir desta concepção editorial: “Somos um projeto autônomo de contra-informação telemática orientado para os movimentos sociais, uma assembléia independente que proporciona serviços informáticos e comunicativos a pessoas, grupos e organizações de esquerda, um servidor de Internet no qual confluem vozes antagonistas e alternativas de um amplo espectro político; um centro de encontro, difusão e contra-informação para os sem-voz, dissidentes, subversivos, utópicos e desencantados.” Os servidores de Nodo50 prestam serviços de hospedagem, correio eletrônico, listas e bases de dados. Na página principal, são disponibilizados manifestos, notícias, convocatórias e matérias postadas por leitores e webmídias associadas.

Vale a pena citar a disponibilização na Web de conteúdos audiovisuais críticos, através da conversão com tecnologia *streaming* (torna mais leve e rápido a execução de áudio e vídeo, já que permite escutar e visualizar os arquivos enquanto se faz o *download*). Indymedia faz isso com canais de rádio e vídeos, e um bom exemplo foram as transmissões dos protestos contra a

⁷ Sobre Indymedia, consultar: Luciana Fleichman (2006); Graham Meikle (2003); Granjon e Cardon (2003).

turnê do presidente George W. Bush por países da América Latina, em março de 2007. Além de permutar textos e imagens com webmídias de 15 países, Argenpress (<http://www.argenpress.tv/>) exhibe gravações de entrevistas e eventos. A seção Vídeos Rebeldes, de Rebelión (<http://www.rebelion.org/mostrar.php?tipo=6&inicio=0&id=32>), oferece gratuitamente uma centena de vídeos, documentários, entrevistas e filmes de Costa-Gavras, Patricio Guzmán, Fernando Solanas, Gillo Pontecorvo e Oliver Stone, além do clássico *O encouraçado Potemkin*, de Sergei Eisenstein. Arcoiristv (<http://es.arcoiris.tv/>), com versões em espanhol, português, inglês e italiano, disponibiliza filmes e um *link* para se assistir à programação da TeleSur (o canal televisivo multiestatal de integração latino-americana, em funcionamento desde 2005, financiado pelos governos de Venezuela, Bolívia, Argentina, Cuba e Uruguai⁸). Arcoiristv acredita que por essa via se estabelecerá um novo tipo de relacionamento com a audiência: “O telespectador pode decidir o que vê em qualquer momento sem ter que estar submetido a horários e dias predeterminados. A oferta de programas varia diariamente graças a contribuições externas e produções próprias.” Não há sujeição aos ditames do *rating* e a grades fixas de programação.

Luciano Alzaga sintetiza princípios ideológicos seguidos pela maioria das webmídias estudadas: “São espaços de denúncia das injustiças, de difusão de informação antagônica, de coordenação entre organizações de cidades ou bairros, de debate anticapitalista, de análise político, etc. (...) Este tipo de difusão da informação veraz por meios alternativos modifica em ocasiões pontuais os desígnios das transnacionais, e daí a importância de que se reveste o desenvolvimento de meios alternativos como trincheiras de combate em uma guerra de guerrilhas semiológica contra a ditadura dos meios de comunicação massivos sobre a cidadania”⁹.

O Colectivo de Noticias Cono Sur (<http://www.proyectoconosur.com.ar/>), criado na Argentina em 2002, entende que através da Internet se tornam factíveis “projetos de comunicação alternativa situados em diferentes lugares do globo, que podem forjar vínculos e enriquecer seus conhecimentos mediante o intercâmbio das experiências de luta, em seus contextos específicos, possibilitando, em muitos casos, a ação concreta”. Indymedia insiste na necessidade de “uma

⁸ Telesur (<http://www.telesurtv.net/>) define seus princípios: “Um canal que permita a todos os habitantes desta vasta região difundir seus próprios valores, divulgar sua própria imagem, debater suas próprias idéias e transmitir seus próprios conteúdos, livre e equitativamente. Frente ao discurso sustentado pelas grandes corporações, que deliberadamente negam, suprimem ou ignoram o direito à informação, torna-se imprescindível uma alternativa capaz de representar os princípios fundamentais de um autêntico meio de comunicação: veracidade, justiça, respeito e solidariedade.”

⁹ Luciano Alzaga. *Internet: nuevo elemento de desestabilización política*, disponível em http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/pensamiento/alzaga_301104.htm

alternativa consistente à mídia empresarial que freqüentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses dos ricos e dos poderosos”. Sob o lema “A voz dos sem voz”, apresenta-se como “alternativa democrática de comunicação para a criação de relatos radicais, acurados e veementes da verdade”. Rebelión (<http://www.rebelion.org>), no ar desde 1997 na Espanha, quer ser “um meio de informação alternativa que dá às notícias um tratamento mais objetivo, na linha de mostrar os interesses que os poderes econômicos e políticos do mundo capitalista ocultam para manter seus privilégios e o status quo”. Agência Carta Maior (<http://agenciartamaior.uol.com.br/>), lançada no I Fórum Social Mundial, em 2001, deseja “contribuir para um sistema de mídia democrático no Brasil e, de modo mais amplo, trabalhar pela democratização do Estado brasileiro, pelo fortalecimento da integração sul-americana e de todos os movimentos que lutam pela construção de uma globalização solidária, (...) com cobertura e análise jornalística crítica de fatos e movimentos ignorados ou distorcidos pela *mainstream media*”. Aporrea (<http://www.aporrea.org/>), sediada em Caracas, Venezuela, faz cobertura de eventos contra-hegemônicos na América Latina, em parcerias com webmídias e coletivos de jornalistas independentes. Define-se assim: “Uma agência popular alternativa, um espaço digital aberto e interativo do movimento popular e dos trabalhadores, um meio para o debate, a denúncia e a geração de idéias, com vistas à construção do socialismo do século XXI.”

O Centre des Médias Alternatifs du Québec – CMAQ (<http://www.cmaq.net/>), do Canadá, com versões em francês, inglês e espanhol, funciona como “plataforma virtual de intercâmbio de informação alternativa e independente, que contempla o exercício real da democracia promovendo o compromisso cidadão por e para uma reapropriação da informação”. La Haine, fundado na Espanha em 2000, propõe-se, a coordenar uma rede de “projetos autônomos com uma base comum de luta contra o capitalismo e pela justiça, com o propósito de criar um pólo der referência informativa oposto ao das grandes cadeias midiáticas e mafiosas; um projeto plural mas com bases firmes e de crítica radical do mundial”.

São pontos comuns nas políticas de veiculação: recusa do modo de produção capitalista e da ideologia de mercado; combate à exclusão social e digital; defesa da cidadania, da diversidade cultural e democratização dos meios de comunicação; e incentivo à participação de leitores e usuários. O envolvimento com causas manifesta-se na prevalência de notícias e artigos sobre política, economia, movimentos sociais, direitos de minorias e etnias, ecologia, defesa do

consumidor, cooperativismo, educação, saúde, reforma agrária, emprego, comunicação, informação, arte e cultura.

Variam as metodologias de atuação (projetos autônomos, servidores compartilhados, redes, parcerias específicas), os horizontes estratégicos (curto, médio e longo prazos) e os raios de abrangência (internacional, nacional, regional ou local). Mas as variáveis costumam entrelaçar-se em torno de eixos programáticos que, na maioria das vezes, se sobrepõem às divergências de enfoques e a propostas de engajamento (enquanto La Haine, próxima a correntes contraculturais, rejeita atrelamentos partidários, Aporrea é ligada ao governo Hugo Chávez na Venezuela). A comunicação virtual interfere então em direções conexas: jornalismo cooperativo e independente; denúncias da globalização capitalista e dos modelos de funcionamento da mídia tradicional; e discussão de propostas democratizadoras. O alvo é ampliar conexões entre comunidades, segmentos, grupos e organismos com valores, códigos culturais e referências simbólicas semelhantes.

3. Afastando ilusões e avaliando perspectivas

Os avanços alcançados na comunicação alternativa em rede não devem alimentar falsas ilusões. Sabemos que a Internet não escapa de ambigüidades e ambivalências. Basta verificar os contrastes entre a febre por ganhos dos mercados financeiros *on line* e o ativismo anticapitalista. Mas seria de se esperar purezas na mega-rede, sendo ela uma extensão da imperfeita inteligência humana que a concebeu? Como realcei em outro texto (Moraes, 2005: 72), é um erro supor que as aberturas na Internet possam sobrepujar o cenário de transnacionalização da comunicação, inclusive no campo virtual, onde corporações midiáticas fincam seus tentáculos com agressividade, controlando os *sites* mais populares e com isso atraindo crescentemente anúncios e patrocínios.

Precisamos considerar também que a expansão tecnológica não suprime e até pode repor divisórias entre conectados e desconectados, provocadas por condições desiguais de acesso e usufruto. Néstor García Canclini toca no ponto nevrálgico ao salientar que o vértice de poder se desloca para o domínio dos recursos de conexão. “O capital que produz a diferença e a desigualdade é a capacidade ou a oportunidade de mover-se e manter redes multiconectadas. (...) Ler o mundo com a chave das conexões não elimina as distâncias geradas pelas diferenças, nem as fraturas e feridas da desigualdade. O predomínio das redes obre as estruturas localizadas deixa

invisíveis formas anteriores de mercantilização e exploração — que não desapareceram — e engendra outras” (Canclini, 2004: 76-79).

No fase de expansão do capitalismo global, a obtenção da mais-valia apóia-se também em ciclos tecnológicos cujas exigências básicas (poderio financeiro, gestão estratégica e logística, pesquisa e desenvolvimento, controle de patentes e economia de escala com internacionalização de mercados) só podem ser cumpridas pelo grande capital de países ricos (Amin, 2004). O descompasso tecnológico daí decorrente e a exclusão digital restringem os acessos à Web nos países periféricos. Enquanto nos Estados Unidos quase 90 milhões de pessoas têm banda larga, na África ela não passam de três milhões (menos de 1% da população do continente), sendo que na África Oriental é praticamente inexistente, porque não há cabo submarino que ligue a região ao resto do mundo, o que força os provedores locais a recorrer de conexões via satélite, caras e pouco confiáveis¹⁰.

A universalização dos acessos depende, entre outras coisas, de políticas socioeconômicas inclusivas, do desenvolvimento de infra-estruturas de rede, do barateamento de custos teleinformáticos e de formação educacional condizente. É essencial combater a infoexclusão de populações de baixa renda e adotar políticas públicas que intensifiquem os usos sociais, culturais, educativos e políticos das tecnologias.

Ao mesmo tempo, cabe reconhecer que webmídias e redes não formam um todo harmônico; há tendências diversificadas no ativismo digital, de modo semelhante ao que ocorre na multiplicidade de focos de contestação do capitalismo, observável, por exemplo, na variedade de grupos e movimentos reivindicantes presentes nos Fóruns Sociais Mundiais. Essa heterogeneidade de ideários, atividades e práticas se reflete nas apropriações dos recursos virtuais, nas metodologias de trabalho e nas próprias estratégias e táticas. Por mais que coletivos virtuais aproximem e combinem modos de intervenção, não caracterizam, naturalmente, totalidades válidas em qualquer situação. E nem sempre há coexistência estável entre webmídias e redes, seja por divergências, desentrosamentos ou dinâmicas inconsistentes, o que, em determinadas circunstâncias, implica o risco de retardar a execução ou afetar projetos conjuntos.

Seja como for, devemos refletir também sobre a natureza dos processos reivindicantes na contemporaneidade. Eles englobam aspirações e contradições múltiplas, em um contexto histórico no qual resistências e identidades se constroem em torno de diversos eixos de lutas, no

¹⁰ Rebecca Harrison. “Disparidade tecnológica aumenta na África”. *Reuters*, 5 de fevereiro de 2007.

compasso de processos diferenciados de dominação do sistema capitalista global. Com efeito, seria inaceitável anular singularidades dos atores sociais empenhados na democratização da vida social; o que se deve ter em mente são formas dialógicas de tecer solidariedades que reconheçam as posições dos sujeitos envolvidos, a partir da recusa da realidade de exploração e opressão¹¹. David Harvey adverte-nos que o desafio é “transcender as particularidades e chegar a alguma concepção de uma alternativa universal do sistema social” – isto é, uma universalidade que, dialeticamente, incorpore, e não separe ou segregue, as particularidades, tomando-as como momentos constitutivos das práticas sociais e das formas específicas de engajamento (Harvey, 2005: 316).

Em paralelo, um dos questionamentos recorrentes diz respeito à insuficiente interferência das webmídias no conjunto da sociedade civil. Os ecos se restringem a segmentos politizados e formadores de opinião. Prováveis motivos: inadequação de linguagens ou de formatos, excessiva instrumentalização político-ideológica dos discursos informativos, escassa penetração da Internet nas zonas populacionais carentes, ausência de políticas coordenadas de comunicação eletrônica. Se recordarmos que o próprio movimento antiglobalização está sendo obrigado a modificar estratégias de ação política para revigorar sua presença internacional, deduziremos que rever projetos e métodos faz parte do desafio de consolidação das webmídias.

Entretanto, há controvérsias sobre se a comunicação alternativa precisa mesmo se popularizar para ser eficaz. O Colectivo Cono Sur defende a tese de que “nossos projetos não têm que estar dirigidos a uma mera ampliação quantitativa de ‘leitores’ ou ‘audiências’ — todos sucedâneos do conceito de receptor —, e sim à transformação qualitativa das relações sociais, missão a que nos compete um aporte fundamental desde o plano da comunicação”. Segundo Cono Sur, deve-se “gerar um processo de comunicação comunitária ou social retroalimentado, no qual cada pessoa, grupo ou organização possa dar a conhecer seus problemas, condições de existência, projetos e expectativas”. E conclui: “Os projetos de comunicação alternativa têm a tarefa de atuar como facilitadores do desenvolvimento comunitário, construindo laços e tornando comuns as experiências e saberes dos distintos protagonistas do acontecer social.” Pascual Serrano, diretor de Rebelión, acredita que ganhar formadores de opinião pode ser mais útil do que

¹¹ Ver Boaventura de Sousa Santos. "Por que é tão difícil construir uma teoria crítica?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 54, junho de 1999.

alcançar uma audiência ampla, pois eles exercem influência junto aos setores mais politizados¹². Mas há quem pondere em sentido contrário, advertindo para o isolamento social. É eloquente a avaliação de Marilina Winik, colaboradora de Indymedia Argentina: “Ou tentamos uma comunicação direta com as bases populares, ou corremos o risco de fazer uma mídia para poucos, como a que denunciávamos antes.”¹³

É preciso tornar as páginas mais conhecidas, através de intercâmbios entre webmídias e redes afins e divulgação dirigida a organismos preferenciais na sociedade civil (sindicatos, associações profissionais, organizações não-governamentais). Isso pode ser feito por meios convencionais (publicações, malas diretas) e eletrônicos (boletins, murais, listas). Providências correlatas: realizar seminários sobre estratégias de comunicação virtual; melhorar os programas de busca e os diretórios temáticos dos portais. A sequência desses esforços pressupõe o estreitamento de relações e projetos compartilhados com movimentos sociais. Ressalta Ricardo Boscar, de ZNet (<http://www.zmag.org/>), editada em inglês, francês, espanhol, alemão, italiano, sueco, norueguês, tcheco, búlgaro, turco, japonês e árabe: “Devemos reforçar a rede de meios alternativos em parceria com os movimentos sociais que se queiram coligar. Criar vínculos com eles, evitando discussões políticas dogmáticas”¹⁴.

Outros nós a desatar são a falta de ousadia na concepção e na renovação visual das páginas; a repetição da organização editorial em seções temáticas; a linguagem calcada numa retórica excessivamente ideologizada; melhor aproveitamento das ferramentas multimídias (transmissões audiovisuais, vídeos, arquivos sonoros, avisos instantâneos de atualização, diálogos por RSS, páginas wiki, plataformas PHP, tecnologia flash).

Não raro, webmídias deixam-se aprisionar pelo agendamento dos fatos pela mídia, reverberando assuntos que dominam as pautas de jornais e telejornais, apenas com outras leituras críticas. O efeito colateral costuma ser a vinculação a fatos de maior repercussão midiática. Em sentido análogo, quanto mais se impregnam os materiais informativos de timbres ideológicos, mais se estreitam o público-alvo e a capacidade de assimilação por audiências sem formação cultural condizente. Daí a sensação de que certas webmídias falam entre si e para si, dialogando

¹² Entrevista de Pascual Serrano a Homera Rosetti, disponível em <http://www.generacion80.cl/noticias/entrevistacompleta.php?varbajada=857>

¹³ Marilina Winik. *Nuevos medios para hacer medios. El caso Indymedia*. Comunicação apresentada no Congresso Nacional de Sociologia, Universidad de Buenos Aires/CLACSO, Buenos Aires, 2004, disponível em <https://docs.indymedia.org/view/Local/CmiBAAnalysisTexto1>

¹⁴ Ver a intervenção de Ricard Boscar no debate sobre contra-informação, disponível em http://www.kaosenlared.net/noticia.php?id_noticia=181

com apenas com ativistas e formadores de opinião, numa espécie de círculo vicioso para endossar pontos de vista.

Tais problemas por certo influíram no diagnóstico do combativo Ignacio Ramonet a respeito da comunicação virtual contra-hegemônica. Em editorial no *Le Monde Diplomatique*, de janeiro de 2007, ele diz ser inegável o progresso da liberdade de expressão na Internet, mas faz um juízo que reputo um tanto apressado: “A maior parte dos coletivos preocupados com a democracia participativa que, por meio de Internet, se lançou de corpo e alma em discussões e debates internos de forte intensidade, encontra-se literalmente desagregada, fracionada, à margem da impotência ou da autodestruição.”

As webmídias ibero-americanas que examinei operam ininterruptamente desde o começo da década — é verdade que enfrentando os dilemas já apontados e outros, como dificuldades financeiras para cobrir custos de hospedagem em servidores, atualização das páginas e pagamento de equipes de redação¹⁵. Talvez Ramonet esperasse resultados mais rápidos e expressivos. O nível de expectativa se ajusta à realidade se considerarmos a comunicação em rede uma vertente complementar de informação, expressão e mobilização. Não se credencia – e nem teria condições objetivas para tanto – como meio capaz de suplantar o poderio midiático. É uma força auxiliar, confluyente e singular no horizonte das mídias alternativas.

A consolidação de webmídias e redes ativistas depende da convergência de uma série de fatores, entre os quais: 1) definição de estratégias de comunicação que valorizem as potencialidades multimídias; 2) constante e criativa renovação visual das webmídias; 3) linguagem mais acessível e ousadia nas pautas; 4) participação de representantes de organizações da sociedade civil na gestão de redes públicas ou financiadas por instituições governamentais; 5) oferta de conteúdos e serviços que respeitem peculiaridades locais, regionais e nacionais; 6) estímulo à formação de redes comunitárias; 7) aumento substancial do número de usuários, o que depende da superação de entraves econômico-financeiras (custos de computadores, linhas e tarifas telefônicas, provedores de acesso); 8) captações de anúncios, patrocínio e apoios que assegurem a manutenção e a expansão dos serviços jornalísticos; 9) projetos públicos de inclusão digital, conciliando soluções tecnológicas com programas educativos e de formação cultural; 10)

¹⁵ Algumas webmídias e redes conseguem aportes junto a fundações estrangeiras, como a Rits — Rede de Informações para o Terceiro Setor (<http://www.rits.org.br>) ou patrocínios parciais de órgãos governamentais (como Carta Maior). Outras sequer admitem financiamentos privados, temendo perder autonomia, o que é discutível. As fontes de manutenção provêm de receitas com oficinas, produção de vídeos e cursos de software livre.

formação adequada para jornalistas e profissionais de comunicação, através de seminários, cursos e oficinas; 11) simplificação de técnicas e procedimentos informáticos.

A respeito dos dois últimos itens, menciono o trabalho da webmídia argentina Lavaca (<http://www.lavaca.org>) no assessoramento de movimentos sociais. Além de divulgar artigos e convocatórias de mobilizações (como as promovidas por trabalhadores que ocuparam e recuperaram fábricas abandonadas), Lavaca capacita quadros para a Internet, em oficinas de webdesign e montagem de redes, ajudando entidades a elaborarem as páginas sem recorrer a intermediários. Sua diretora, Claudia Acuña, explica: “Acompanhamos muito de perto aqueles movimentos sociais que consideramos protagonistas de uma mudança paradigmática. Parte desse acompanhamento é informar, através de uma agência de notícias, as atividades que produzem (o resultado de suas práticas). Mas é só uma parte e talvez a menos importante. O acompanhamento começa por participar ativamente dessas práticas, sempre um passo atrás e sempre muito de perto. Estamos ali para favorecer e fortalecer a comunicação destes movimentos entre si e com outros grupos afins (a comunicação interna, por assim dizê-lo). Para que construam e mantenham seus próprios canais de comunicação (seja através de páginas na web ou de contato pessoal). Para produzir a comunicação dos eventos que realizam (cartazes, folhetos, informativos) com textos que possam elaborar-se em conjunto. E, finalmente, para transmitir os resultados em reportagens que reproduzimos na web, sob o lema do anticopyright.”¹⁶

Pascual Calicchio, coordenador da webmídia do Movimiento Barrios de Pie (<http://www.barriosdepie.org.ar/>), que congrega desempregados e subempregados da periferia de Buenos Aires, na Argentina, vê a Web como “uma grande ferramenta para os movimentos sociais”, sobretudo para divulgação de passeatas, piquetes e manifestos. Mas lembra que a maioria da população marginalizada não tem computadores, nem sabe navegar. O Barrios de Pie tem promovido oficinas de iniciação à informática e treinamento em Internet¹⁷. Preocupada com as dificuldades de acesso à Internet, Indymedia Argentina está levando a áreas pobres oficinas de informática, juntamente com mostras itinerantes de fotos e vídeos, projeções de filmes e minicursos de jornalismo e educação popular.

Há resultados válidos em telecentros comunitários no Brasil, patrocinados por prefeituras e governos estaduais e federal em associação com organizações não-governamentais. Projetos

¹⁶ Entrevista de Claudia Acuña a Dênis de Moraes, 26 de janeiro de 2005.

¹⁷ Entrevista de Pascual Calicchio a Dênis de Moraes, 25 de janeiro de 2005.

idênticos estão em curso em países da América Latina e da África. No caso brasileiro, o estudo “Macro Plano de Inclusão Digital”, elaborado pela consultoria BDO Trevisan e divulgado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) aponta falhas na política de inclusão digital do governo Lula. Entre as deficiências incluem-se: “desarticulação entre os Ministérios, indefinição de responsabilidades e papéis, indefinições quanto às fontes de recursos, duplicidade de esforços e baixa articulação do governo junto aos setores privado e terceiro setor”¹⁸.

O uso de software livre por webmídias e redes ativistas tem sido particularmente valioso em países periféricos, para burlar as patentes de programas informáticos monopolizadas por corporações transnacionais. Segundo Manuel Castells, “a capacidade de produzir, modificar, adaptar e distribuir softwares condiciona a capacidade de qualquer comunidade ou grupo, grande ou pequeno, para interagir com o mundo de computadores e redes que constituem a estrutura (e não apenas a infra-estrutura) de nossa sociedade” (Castells, 2006: 228). O software livre amplia conhecimentos e aplicações, alargando as possibilidades educativas, culturais e políticas através da Internet.

Há obstáculos a superar, mas penso que a comunicação virtual, gradativamente, se insere no esforço de construção de uma cultura de solidariedade social baseada numa ética de reciprocidades entre os sujeitos comunicantes. Importante deixar claro que a Internet não prevalece sobre metodologias consagradas de luta social, que continuam bastante necessárias. Reconhecer espaços novos na arena virtual em absoluto significa subordinar as batalhas políticas ao avanço tecnológico, ou ainda aceitar impulsos voluntaristas que subestimam mediações sociais e mecanismos clássicos de representação política. Estou convencido de que é no território físico, socialmente vivenciado, que se travam e se travarão as lutas decisivas por uma outra comunicação e um outro mundo possíveis.

BIBLIOGRAFIA

AMIN, Samir. “La révolution technologique au cœur des contradictions du capitalisme vieillissant”, **Travail, Capital et Société**, Montréal, n° 37, 2004, p 16-27.

ATTON, Chris. **Alternative media**. Londres: Sage, 2002.

_____. **An alternative Internet**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2005.

¹⁸ O documento está disponível no portal do Serpro: <http://www.serpro.gov.br/servicos/downloads/>

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BENASAYAG, Miguel e SZTULWARK, Diego. **Du contre-pouvoir**. Paris: La Découverte, 2000.

BENNETT, W. Lance. “Communicating global activism: some strengths and vulnerabilities of networked politics”, em VAN DE DONK, Wim, LOADER, Brian e NIXON, Paul e RUCHT, Dieter (orgs.). **Cyberprotest: new media, citizens and social movements**. Londres: Routledge, 2004.

BOLTANSKY, Luc e CHIAPELLO, Eve. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BOLTON, Trish. “News on the net: a critical analysis of the potential of online alternative journalism to challenge the dominance of mainstream news media”, *Scan — Journal of Media, Arts and Culture*, Macquarie University, Austrália, vol. 3, nº 1, junho de 2006.

CANCLINI, Nestor García. *Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad*. Barcelona: Gedisa, 2004.

CASTELLS, Manuel. “Communication, power and counter-power in the network society”, *International Journal of Communication*, nº 1, 2007, p. 238-266.

_____. **La era de la información. Economía, sociedad y cultura**. 3 vols. Madri: Alianza Editorial, 1997, 1998, 1999.

_____. **La galaxia Internet. Reflexiones sobre Internet, empresa y sociedad**. Barcelona: Plaza Janés, 2001.

_____. “Inovação, liberdade e poder na era da informação”, em MORAES, Dênis de (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006b, p. 225-231.

COULDRY, Nick e CURRAN, James (orgs.). **Contesting media power: alternative media in a networked world**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2003.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações em movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

FLEISCHMAN, Luciana. **Os novos meios do ativismo na Internet: o caso dos Centros de Mídia Independente**. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006, em: <http://www.bdt.dndc.uff.br/tde'/arquivo.php?codArquivo=901>

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GRANJON, Fabien. **L'Internet militant. Mouvement social et usages des réseaux télématiques**. Rennes: Apogée, 2001.

GRANJON, Fabien e CARDON, Dominique. **Les mobilisations informationelles dans le mouvement altermondialiste**. Colloque Les Mobilisations Altermondialistes, Paris, 2003, em: <http://www.afsp.msh.paris.fr/activite/groupe/germm/collgermm03txt/germm03cardon.pdf>

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2005.

KAHN, Richard e KELLNER, Douglas. "New media and internet activism: from the 'Battle of Seattle' to blogging", **New Media and Society**, vol. 6, nº 1, 2004, p. 87-95.

KLEIN, Naomi. **Cercas e janelas: na linha de frente do debate sobre globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Cyberdémocratie**. Paris: Odile Jacob, 2001.

_____. "Pela ciberdemocracia", em MORAES, Dênis de. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio e Janeiro: Record, 2003, p. 367-384.

LOSSON, Christian e QUINIO. Jöel. **Génération Seattle. Les rebelles de la mondialisation**. Paris: Grasset, 2002.

MEIKLE, Graham. **Future active: media activism and the Internet**. Nova York: Routledge, 2003.

MORAES, Dênis de. "Comunicación virtual, activismo político y ciudadanía". **Trípodos**, Barcelona, vol. 4, 2005, p.67-76.

_____. **Cultura mediática y poder mundial**. Buenos Aires: Norma, 2006a.

_____. "Imaginario social, cultura y construcción de la hegemonía", **Contratiempo – Revista de Pensamiento y Cultura**, Buenos Aires, nº 2, 1º semestre de 2007.

_____. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006b.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletiva na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. "Movimentos em cena... E as teorias por onde andam?", *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, nº 9, 1998, p. 16-29.

_____. "Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información", *Nueva Sociedad*, Caracas, nº 196, março-abril de 2005, p. 77-92.

VILCHES, Lorenzo. *A migração digital*. Rio de Janeiro: Editora PUC/Loyola, 2003.

VINELLI, Natalia e ESPERÓN, Carlos Rodríguez (orgs.). *Contrainformación: medios alternativos para la acción política*. Buenos Aires: Peña Lillo/Continente, 2004.